

A RELAÇÃO ENTRE A CONSCIÊNCIA INTELECTUAL E O MÉTODO DA *DISPUTATIO* COMO PEDAGOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DE PENSAMENTO NO PERÍODO MEDIEVAL*

Rafael Junio Mendes Moreira**

RESUMO

Na transição do século XIII para o XIV emerge no cenário social uma figura importante, que marca o período medieval e impulsiona a concepção de um pensamento verdadeiramente filosófico. Trata-se dos intelectuais da Idade Média. Um grupo de homens que trabalhavam com o saber enquanto ofício e, indubitavelmente, a partir de sua atuação, apontaram o que conduz ao exercício de um pensamento filosófico livre e autônomo, colaborando tanto com o desenvolvimento da filosofia no período medieval, quanto favorecendo sua transmissão para além do ambiente acadêmico. A formação e o trabalho deste grupo passam, em especial, pelo método da *disputatio* utilizado nas universidades do período. Esse método possui características específicas que contribuíram com o processo de produção filosófica. Sendo assim, nosso estudo busca compreender a relação existente entre os intelectuais e o método da *disputatio* enquanto pedagogia que em si mesma conduz a uma genuína forma de fazer filosofia no período medieval à medida que se configura enquanto instrumento que privilegia o desenvolvimento de um pensamento autônomo.

PALAVRAS-CHAVE: intelectuais; *disputatio*; pedagogia; liberdade; autonomia de pensamento.

A CONSCIÊNCIA ADVINDA DOS INTELECTUAIS NA IDADE MÉDIA

Na transição do século XIII para o XIV emerge no cenário social uma figura importante, que marca o período medieval e seu desenvolvimento, impulsiona e promove a elaboração de um pensamento autônomo e verdadeiramente filosófico. Trata-se dos intelectuais da Idade Média. Um grupo de homens que em primeira instância trabalhavam com o saber enquanto ofício, contribuindo para a ascensão das universidades, indubitavelmente, a partir de sua atuação, apontaram a existência de uma consciência própria que conduz a um pensamento filosófico livre e autônomo, colaborando tanto com o

* Esta comunicação é parte do trabalho de iniciação científica como bolsista da FAPEMIG/PUC Minas, e integra o **projeto de pesquisa** intitulado *Disputatio, método para o ensino e a pesquisa filosófica* (FAPEMIG - APQ-01860-17), coordenado e desenvolvido pelo prof. Dr. Ibraim Vitor de Oliveira.

Texto recebido em 30/05/2023 e aprovado para publicação em 20/06/2023.

** Graduando em Filosofia pela PUC Minas. E-mail: rafael.moreirafl@gmail.com.

desenvolvimento da filosofia no período medieval, quanto favorecendo sua transmissão para além do ambiente acadêmico, embora seu surgimento estivesse estritamente a ele ligado.

Inicialmente, De Libera (1999) caracteriza os intelectuais sob o ponto de partida de um aspecto mais geral, descrevendo-os como homens que tinham o saber por ofício. Segundo ele os intelectuais atuavam ligados especificamente às universidades como “profissionais do pensamento, mestres, clérigos” (DE LIBERA, 1999, p. 9) em uma dinâmica de transmissão de conhecimento em filosofia. Configuravam-se como docentes e possuíam uma atuação bem delimitada em consonância com o modelo universitário vigente¹. Com base nessa primeira identificação, De Libera (1999, p. 23) adota a proposta demarcada por Maria Tereza Brocchieri para diferenciar dois tipos de compreensão que cercam esse grupo específico e que se concentram propriamente na assimilação do termo intelectual. A primeira acepção, de acordo com De Libera (1999, p. 23), retrata os “intelectuais no sentido forte” como os homens que, além de exercer uma atividade intelectual enquanto docentes, são comprometidos com “transmissão de sua capacidade de investigação”. Torna-se presente aqui um aspecto de suma importância que aponta para a mudança de cenário. Ultrapassando a função da filosofia na universidade como uma disciplina auxiliar, que é descrita por De Libera (1999, p. 11) como “propedêutica e até subalterna da teologia”, os intelectuais introduziram em seu trabalho o aspecto investigativo, conduzindo os estudantes ao traçar de um caminho de conhecimento tecido de maneira própria, construído a partir de si e de seu conhecimento adquirido, apesar de ainda não totalmente desligado dos modelos acadêmicos, todavia retrata sobretudo algo original² no período. A segunda acepção, por sua vez, demarca os “intelectuais no sentido fraco” (DE LIBERA 1999, p. 12) como homens que vivem em uma instabilidade quanto ao seu contexto social. De Libera (1999, p. 23) aponta que estes, em função da instabilidade com que migram num contexto social no que se refere à sua função e atividade revelam “uma certa indiferença com relação aos fins de seu trabalho”.

Diante dessas caracterizações, De Libera (1999, p. 12) aprofunda a compreensão do perfil dos intelectuais e introduz ainda o que chama de “duas espécies de intelectuais”. Por termo espécie, o autor apresenta uma particularização que se dá em vista da forma como os

¹ É necessário compreender que a universidade medieval era uma instituição iminentemente cristã em que a docência em filosofia desempenhava uma função auxiliar na habilitação para outras disciplinas como a teologia; todavia, precisamente a partir dos intelectuais, esse cenário começa a sofrer mudanças significativas, fazendo com que a filosofia seja praticada por outros grupos sociais.

² Referimo-nos ao termo original a fim de enfatizar essa possibilidade de produção de conhecimento enquanto construção do aluno e não mais simples assimilação de conteúdo. Os intelectuais transferiram essa capacidade investigativa aos alunos, tornando possível esse processo, conforme aponta De Libera (1999).

intelectuais desenvolviam seu trabalho. Segundo ele, existem “os intelectuais que inventaram a existência filosófica a partir dos textos, e os que tentam viver essa vida encarnando as metáforas do discurso magistral” (p. 12). A definição de espécie apontada por De Libera evidencia um fenômeno que também marca o período medieval: o movimento de saída da filosofia para além da universidade. Esse movimento acontece em consonância com o processo urbanizador pelo qual a sociedade passava, conforme ressalta o autor, revelando que dessas duas espécies de intelectuais: a primeira era universitária, nitidamente por se desenvolver a partir dos textos; a segunda era marginal, uma vez que não existia universidade em todas as cidades. No entanto, sob esse aspecto De Libera (1999) destaca que havia a presença de ordens mendicantes nas cidades em que as universidades não haviam chegado, sobretudo por meio dos conventos e que, no seu trabalho formativo, transportavam o discurso magistral das universidades para as demais cidades, dando vigor ao movimento, conforme mencionamos acima. Nota-se que, por meio desses intelectuais, há um canal que contribui para a ampliação da prática da filosofia, transportando-a para fora dos muros da universidade. Percebe-se igualmente que, embora De Libera (1999) caracterize dois grupos distintos considerados como intelectuais, há uma unidade no trabalho de ambos, de forma que a prática da filosofia parte primeiramente da universidade já com uma característica autônoma por meio do primeiro tipo de intelectual e amplifica-se por meio do segundo tipo.

No que se refere propriamente ao processo de extensão da filosofia para as cidades, conforme delineado em primeira instância, De Libera (1999) aponta que, a partir do surgimento e do trabalho dos intelectuais, inicia-se um processo de transição de sabedoria que culmina com a expansão desse saber para fora das universidades, embora estivesse a elas ainda ligado. Trata-se de uma mudança forte presente em um período lido como obscuro, retratado erroneamente como regulador de um conhecimento fechado e controlado. Sob esse aspecto De Libera (1999) ressalta que há compreensões que admitem que o período medieval não tem nada a evidenciar de concreto para a história e o percurso da filosofia. O trabalho dos intelectuais, no entanto, promove primeiramente uma transmissão de sabedoria que extrapola os limites acadêmicos. Não se trata de simples assimilação “cega” de conteúdo de forma passiva, mas de absorção de sabedoria. Isso implica reconhecer que há um saber filosófico que é integrado e, partindo desse pressuposto, se afirma autonomamente. Possui caráter ativo: promove autonomia do saber, sobretudo autonomia na sua busca. Partindo desse propulsor, desenvolve-se o trajeto de transmissão da filosofia, um processo que pode ser considerado

migratório, mas que De Libera (1999) nomeará de laicização. Compreendendo o período e a atuação dos intelectuais medievais apresentados aqui, o autor propõe que a atuação desse grupo representa fundamentalmente “o essencial de um mecanismo mais geral: a laicização do pensamento” (DE LIBERA, 1999, p. 12). Isso implica perceber nos intelectuais uma consciência própria que aponta para um caráter filosófico, representa um marco para a própria filosofia, assegurando seu curso na história.

O MÉTODO DA *DISPUTATIO* MEDIEVAL

A centralidade do trabalho dos intelectuais no desenvolver do pensamento filosófico na Idade Média retrata um acontecer filosófico marcado pela liberdade e autonomia do pensar. Esses marcos foram erguidos pelos intelectuais medievais não de forma ingênua, nem tampouco ocasional, mas nascem visceralmente ligados, assim como o próprio acontecer filosófico desse período na história, a um método de ensino que deu origem à genuína forma de fazer filosofia no período medieval. Tal método é a *disputatio* medieval.

A palavra *disputatio* possui origem latina etimologicamente provinda do verbo *disputo*. Pode ser traduzida por “ação de examinar uma questão pesando os prós e os contras, discussão, disputa, debate, dissertação” (DISPUTATIO, 2001, p. 227). Precisamente nesse domínio de elaboração, apresentação e interposição de argumentos que caracterizam uma disputa em sentido amplo se configura o método, contudo ele não se desenvolve ao acaso, nem tampouco significa simplesmente um medir de forças intelectuais. O método chamado de *disputatio medievalis* é especificamente um método de ensino praticado pelas universidades medievais que possuía objetivos claros tanto quanto à graduação dos alunos quanto no que tange à resolução de problemas de natureza acadêmica e de pensamento diversos, bem como na liberdade de expressão de soluções propostas ou levantadas para os problemas aventados. Denominamos a *disputatio* como método sobretudo pelo fato de não se tratar de algo que ocorria de forma aleatória. A *disputatio* é caracterizada por dois tipos distintos, entretanto todos eles seguem uma estrutura sistemática de processos pedagógicos que em cada etapa promovia um novo saber, assim como uma filosofia livre do questionar.

A princípio, é imperioso compreender que o método da *disputatio* integra a metodologia de ensino praticada na universidade medieval. Sua realização está intrinsecamente ligada aos processos conclusivos que marcam as etapas percorridas pelos

jovens dentro das universidades; entretanto, o itinerário de formação, conforme retrata Le Goff (1989), não era regular como se verifica nas universidades atuais. Segundo o autor, uma diferenciação importante a se notar consiste na asserção de que:

A Idade Média distinguiu mal os níveis de ensino: as universidades medievais não eram somente estabelecimentos de ensino superior. O que entendemos por ensino primário e secundário era dado ali, **parcialmente, ou então controlado por ela** [...] O sistema de colégios aumentou essa confusão, conferindo a seus membros desde a idade de oito anos. (LE GOFF, 1989, p. 66, grifo nosso).

Há na descrição apresentada por Le Goff (1989) uma diferenciação basilar que se processa de forma geral em duas fases. De acordo com ele, o processo de estudo dentro da universidade era ministrado “entre catorze a vinte anos de idade” (LE GOFF, 1989, p. 66) e compreendia duas etapas principais: “o *buccalauréat*, ao fim de dois anos e o *doutorado*, ao fim dos estudos” (LE GOFF, 1989, p. 67). A primeira etapa configura-se como o estudo das chamadas “Artes” (LE GOFF, 1989, p. 66); já a segunda marca o fim dos estudos considerados básicos. O autor ressalta que após os vinte anos outros estudos como medicina, teologia e direito poderiam³ ser cursados a fim de se alcançar também um título de doutorado.

A universidade medieval trabalhava com essa primeira divisão de ensino de forma mais geral, no entanto é preciso ter em vista que cada universidade desenvolvia uma divisão própria, contemplando conteúdos de forma mais particular em seus períodos de formação. Apesar disso, Le Goff (1989) nota a existência de características comuns entre as universidades, com efeito o método da *disputatio* que se praticava entre elas tem uma estrutura propedêutica que reside na própria organização dos estudos dentro da instituição. Consoante ao que descreve Le Goff (1989), há um programa específico, ministrado por um profissional (*magister*) que atua auxiliado por um instrumento específico e uma forma também específica de avaliação do aluno. Acerca do programa o autor aponta que “o ensino consista essencialmente em comentário de textos [...] [todavia a partir da atuação própria de cada universidade] os estatutos mencionam as obras do programa” (LE GOFF, 1989, p. 67). Mostrando as diferenças entre programas de universidades da época, o autor aponta a

³ Le Goff não descreve com clareza tratar-se de um segundo título de doutorado, todavia sua descrição assegura a caracterização deste doutorado cursado após os vinte anos como uma licença ou habilitação de natureza mais técnica ou profissional com vista ao exercício de uma atividade profissional no âmbito civil. O autor cita como exemplo desse tipo de doutorado o que denomina como “obtenção de licença ou doutorado” o que se obtinha com esses estudos na Faculdade de Medicina de Paris. Segundo ele: “Os primeiros estatutos da Faculdade de Medicina de Paris prescrevem seis anos de estudos para obtenção da licença ou doutorado em Medicina, depois de obtido o mestrado em Artes.” (LE GOFF, 1989, p. 67).

pluralidade de conteúdos abordados nos estudos e igualmente os autores utilizados. Em suas palavras, retrata com clareza:

Na Faculdade de Artes em Paris, a lógica e a dialética se sobressaem, sendo comentado quase tudo de Aristóteles, já em Bolonha não se explicam senão excertos dele, mas se enfatiza a retórica, com *De Inventione* de Cícero e *a Retórica a Herennius*, como também as ciências matemáticas e astronômicas, principalmente de Euclides e Ptolomeu. Na Faculdade de Direito de Paris, o *Decreto* de Graciano é o manual básico. A este os bolonheses acrescentam os *Decretos* de Gregório IX, as *Clementinas* e as *Extravagantes*.

No que se refere à atuação do *magister*, a descrição proposta por Le Goff (1989) mostra que o *magister* configura-se como homem centrado no estudo. O autor mostra que “homem de profissão, o membro da corporação universitária está equipado, no século XIII, com um instrumental completo. Escritor, leitor, professor, ele se cerca dos instrumentos exigidos por sua atividade” (LE GOFF, 1989, p. 71). Conforme relata Le Goff (1989), o *magister* tem na sua atividade uma função importante de ensinar a partir primeiramente de sua leitura. Nesse percurso Le Goff (1989, p. 72) evidencia que “não apenas os autores relacionados no programa [da universidade] tinham que ser lidos pelos mestres e estudantes, como ainda deviam ser conservados os cursos dos professores.” A partir da descrição apontada por Le Goff (1989), é possível perceber a leitura como uma importante função na universidade, e junto dela a função do registro, da escrita, sobretudo o livro como instrumento primordial.⁴ A primeira e mais essencial atividade universitária se concentrava na leitura primeiramente das obras dos autores contemplados nos programas universitários e igualmente dos cursos ministrados na universidade. Imersos nesse processo, conforme ressalta Le Goff (1989, p.72) “os estudantes tomavam notas (*relationes*), das quais se conservava um certo número”. Há aqui uma nova característica que contribui com um movimento filosófico que se estende da universidade. Com o livro manuseável há uma maior mobilidade no acesso às leituras, bem como uma maior tramitação das obras entre os intelectuais. Essas mudanças contribuem já para a liberdade de interpretação e produção que se processará a partir dos textos, como ressaltou também De Libera. Le Goff (1989) corrobora esse aspecto ao afirmar que: “desde quando o livro se tornou frequentemente consultado e transportado de um lugar a outro, seu formato ficou menor, mais manejável” (LE GOFF 1989, p. 73).

⁴ Le Goff (1989, p. 74) acrescenta que “o desenvolvimento do ofício intelectual criou a era dos manuais, isto é, do livro manuseável e manuseado. Testemunho forte da aceleração na velocidade de circulação da cultura escrita e de sua difusão”.

Após haver cursado seus estudos, o aluno universitário era submetido a um exame com características singulares. A respeito desse processo de avaliação, Le Goff (1989) demonstra, tomando como exemplo os exames para o doutorado em Direito da Faculdade de Bolonha, que acontecia em duas etapas, um exame individual realizado diante dos doutores, e um exame público e aberto. É particularmente nesta etapa que a *disputatio* se configura como método que refletirá a estrutura propedêutica já adotada no ensino universitário enquanto processo de leitura, apresentação de argumentos, disputa e registro. Ao abordar as etapas do exame conclusório tomadas como exemplo da universidade de Bolonha, Le Goff (1989, p. 68) demonstra a efetivação desse método na vida universitária. A descrição apresentada por ele para a primeira etapa consiste no seguinte trajeto:

Algum tempo antes do exame privado, o candidato era apresentado ao reitor pelo *consiliarius* de sua nação [...] Na semana precedente ao exame, um dos mestres o apresentava ao arcediogo [...] Na manhã desta, após assistir à missa do Espírito Santo, o candidato comparecia diante do colégio de doutores, um dos quais lhe dava dois excertos para comentar. Retirava-se então para sua casa a fim de preparar esse comentário, que apresentaria no fim do dia, em um lugar público (geralmente na catedral), diante de um júri de doutores e na presença do arcediogo, que não podia intervir. Após o comentário exigido, respondia às questões dos doutores, que se retiravam em seguida para votar [acerca da aprovação ou não do candidato].

Nessa primeira etapa verifica-se a presença forte do primeiro processo da *disputatio* (a leitura) já propulsionado de um espírito filosófico, pois o candidato deveria apresentar um comentário. Embora esse comentário estivesse ainda sob o pano de fundo perscrutado nas aulas, já havia nesse processo algo próprio do candidato. A segunda etapa, por sua vez, não só ressalta o espírito filosófico, mas o amplia. Ela era realizada no âmbito público, com a particularidade que consiste na participação ativa dos alunos apresentando questões a serem respondidas pelo candidato. Nessa etapa, segundo Le Goff (1989), o candidato saía da função de licenciado para se posicionar enquanto mestre. Conservamos as palavras de Le Goff (1989, p. 68) na descrição desse procedimento:

Aprovado no exame, o candidato se tornava licenciado, mas não recebia o título de doutor nem podia de fato ensinar, a não ser após o exame público. Conduzido com pompa para a catedral, o licenciado ali fazia, nesse dia, um discurso e lia uma tese sobre um ponto de direito, que ele defendia em seguida contra os estudantes que o inquiriam, desempenhando assim pela primeira vez, o papel de mestre em um debate universitário. O arcediogo lhe entregava então, solenemente, a licença para ensinar e lhe outorgava as insígnias de sua função: uma cátedra, um livro aberto, um anel de ouro e a touca ou gorro.

Diante disso, é plausível constatar que há na própria estrutura dialética do método da *disputatio* elementos que conduzem tanto alunos, quanto candidatos, mestres e doutores a uma forma de fazer genuinamente filosofia. Há no método uma reflexão própria do autor, seja ele aluno, mestre ou doutor, uma busca de um saber que não é simplesmente dado, mas especulado, “digerido”, “triturado” e afirmado autonomamente.

A RELAÇÃO ESTABELECIDADA ENTRE A *DISPUTATIO* E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO A PARTIR DOS INTELLECTUAIS DA IDADE MÉDIA

Ao tratar do período medieval, De Libera (1999, p. 60) aponta a existência de “uma intuição central, um núcleo conceitual único que permite atingir um fundo comum, uma zona de partilha de experiência e se chegar ao coração de um tempo redescoberto e reunir e encontrar nele o que acreditamos ler ou decifrar em nós”. Uma zona de partilha que remonta a um núcleo único, como propõe o autor, nos permite perceber precisamente no período medieval duas características próprias e essenciais de toda a filosofia que consistem na liberdade⁵ e autonomia do pensamento.

A análise que nos propomos até este ponto nos permite verificar uma vinculação que manifesta uma relação intrínseca entre os intelectuais medievais e o método da *disputatio* desenvolvido nas universidades, em primeira instância, mas que se estendeu para além delas. Nesse sentido, Le Goff (1989) empreende uma análise dos exercícios praticados na *disputatio* e mostra que a partir deles o intelectual medieval desenvolve um espírito filosófico, pois coloca diante de si problemas levantados por um texto e, sobretudo, ao propor-se resolver os problemas levantados por estas questões. Não se trata mais de uma atitude passiva de simples compreensão de um texto, mas de, a partir desse mesmo texto, entrar em seu próprio espírito, colocar-se diante das questões que surgem e partir em busca de um saber. O autor retrata que

Com base no comentário de texto, a *lectio*, análise em profundidade que parte da análise gramatical que revela o sentido literal (*littera*), se chega à explicação lógica, que fornece o sentido (*sensus*), completando na exegese, que revela o conteúdo da ciência e do pensamento (*sententia*). Mas o comentário gera a discussão. A dialética

⁵ Referimo-nos a liberdade de pensar de maneira autônoma, no sentido especular, conjecturar, propor soluções ou teorias diante de problemas de natureza teórica e sobretudo metafísica, e não a liberdade civil enquanto aceitação dessas proposições visto que muitos escritos filosóficos do período sofreram censura. De Libera (1999, p. 13) menciona esse tipo de censura mostrando que tais ideias eram consideradas como “libertinagem intelectual chamada de averroísmo popular”.

permite ultrapassar a compreensão do texto para tratar dos problemas que ele suscita, o faz desaparecer diante da busca da verdade. (LE GOFF, 1989, p. 76).

As palavras do medievalista denotam a busca da verdade como uma particularidade fundamental presente nesse método. De acordo com Le Goff (1989), há uma centralidade da *questio* nesse decurso que se firma pelo fato de que ela passa a ocupar o lugar da exegese, tornando o intelectual ativo no processo. Segundo ele, o próprio intelectual se configura como intelectual diferenciando-se de simples mestre, ou homem do saber por ofício, por meio desse mesmo processo. Nas palavras do autor, “o intelectual universitário nasce a partir do momento em que ‘põe em questão’ o texto, que nada mais é que um suporte, quando então ele, de passivo, se torna ativo” (LE GOFF, 1989, p. 76). Isso implica notar que a partir da evolução que se desenvolve na questão proposta, o mestre apresenta soluções elaboradas a partir de si mesmo, ele se torna autônomo no pensar; há um sair do texto e entrar em si que o constitui verdadeiramente como autor. Le Goff (1989, p. 76) observa que “a conclusão da *quaestio* é a *determinatio*, que é obra de seu pensamento”. Face ao esclarecimento apresentado pelo autor, é possível reconhecer que a estrutura metodológica da *disputatio* medieval não só favorece o desenvolvimento de um modo de fazer filosofia, mas constrói de forma concreta o próprio modo de fazer filosofia no período medieval.

Nossa pesquisa sobretudo corrobora com o que pensa De Libera (1999) de que há uma intuição central no que tange à filosofia. Essa intuição que se configura como o próprio motor filosófico não se deteve na Idade Média, mas desenvolveu-se integralmente a partir do trabalho dos intelectuais, tendo efetivação no método da *disputatio*, pois como afirma Le Goff (1989, p. 75) “os escolásticos herdaram dos intelectuais do século XII o sentido agudo do progresso necessário e inelutável da história do pensamento”.

REFERÊNCIAS

DE LIBERA, Alain. **Pensar na Idade Média**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DISPUTATIO. *In: Dicionário de Latim – Português*. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 2001. p. 227.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Revisão técnica de Hilário Franco Jr. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.